

Índice

Progresso vindouro: cinco debates em curso.....	1
---	---

Progresso vindouro: cinco debates em curso

Se é verdade que cada época tem uma ideia de progresso, a nossa parece determinada a passar a sua através de incisivas reabordagens em âmbitos como a economia, o bem-estar, a família, o trabalho ou a tecnologia.

Na sua “History of the Idea of Progress”, o sociólogo Robert Nisbet mostra como no Ocidente a fé em que a humanidade avança inexoravelmente para quotas de civilização cada vez mais elevadas, tem sido uma constante desde a Grécia antiga até tempos relativamente recentes.

Outro aspeto é que tenha havido acordo sobre o que significa “avançar”. E assim, houve aqueles que identificaram o progresso com o avanço do saber e da virtude; outros, com a expansão da liberdade individual, o crescimento económico e o domínio sobre o mundo natural; outros, com a capacidade de forjar *homens novos* através do poder político, etc.

Mas quando Nisbet publicou este livro (1980), começava a ser visível uma mudança de tendência: “Tudo leva a crer agora que a fé ocidental no progresso tem vindo a murchar rapidamente”.

Futurofobia

Aquilo que Nisbet vislumbrou foi ganhando corpo, daí não ser exagerado afirmar que hoje o que tem avançado de modo imparável é o pessimismo; a convicção – partilhada por bastantes progressistas e conservadores – de que a humanidade

caminha para pior. Consta-se a proliferação da precariedade, da incerteza e do aumento do custo de vida, uma tríade que enche os títulos da comunicação social há largo tempo. Mas também a sensação de que a mudança social está a provocar a erosão de valores importantes.

O jornalista Héctor García Barnés, autor de “Futurofobia”, chega a identificar o medo perante um futuro carente de expectativas como o traço que define os *millennials* (e pode ser que com os da Geração Z ainda piore). Não é que as gerações anteriores conhecessem facilidades, explica numa [entrevista](#). Mas, pelo menos, tinham horizontes. Agora, à falta de oportunidades junta-se a de “uma narrativa com esperança sobre o futuro”.

A favor desta hipótese revela-se o último “Relatório sobre Desenvolvimento Humano”, das Nações Unidas, que refere um cenário de “incertezas crónicas” sem precedentes. Por seu turno, o Pew Research Center revelou em agosto do ano passado que 70 % dos adultos inquiridos em 19 países (quase todos ricos) acreditam que a próxima geração se encontrará em pior situação económica do que a sua.

Por aqui, não

Outra manifestação de desencanto é a resistência a considerar avançado o estado atual da história. Mais do que de “progressofobia” ou de [nostalgia neobafienta](#) por épocas melhores, dever-se-ia falar de uma sã tomada de consciência: a que nos faz intuir que algumas das regras de jogo da sociedade atual não nos vão conduzir ao esplendoroso futuro pré-anunciado na ideia de progresso. Daí a necessidade de retificar o rumo.

Quais são esses padrões que se esboroaram? Sem querermos ser exaustivos, são de mencionar: o culto a um ritmo de produção cada vez mais competitivo; a expansão dos modelos de [consumo acelerado](#); o ritmo de vida atual cheio de *stress*, que impõe retirar tempo aos cuidados com a família e com o lazer; a colonização por parte das tecnologias digitais de cada vez mais âmbitos da nossa vida; a [“cultura do descartável”](#), que ultrapassa o valor indisponível de cada pessoa; a obsessão pela rentabilidade imediata, que não se dá conta de como certas decisões políticas irão afetar as [gerações futuras](#), etc.

Em face destas inércias, vão surgindo debates e propostas que procuram reescrever as premissas do que se costuma entender hoje por progresso. Destaco cinco que têm vindo a estar presentes na opinião pública:

1. Crescimento verde vs. decrescimento

A ideia de que é possível ter simultaneamente crescimento económico e respeito pelo meio ambiente assentou no que já é o ideal dominante nos países ricos, [explica](#) Spencer Bokart-Lindell num artigo onde o coloca em debate com um dos seus paradigmas rivais: o decrescimento.

A proposta principal do chamado “crescimento verde” consiste em dissociar o uso dos recursos naturais e o aumento do PIB, de forma que o crescimento provoque o menor impacto possível no meio ambiente. Para o conseguir, os seus defensores confiam no avanço tecnológico e na inovação nas infra-estruturas, que permitem utilizar de forma mais eficiente os recursos disponíveis. Também recorrem a outras ferramentas típicas do desenvolvimento sustentável, um conceito mais amplo: os incentivos às energias renováveis, os impostos às mais poluidoras, os novos modelos de negócio, etc.

Na sua resposta a esta posição, os decrescentistas colocam o foco na ideia da dissociação: não questionam que seja possível crescer e reduzir as emissões de CO₂, por exemplo, mas salientam que o crescimento anda sempre mais depressa. Por isso, para Jason Hickel, autor de “Less is More: How Degrowth Will Save the World”, o que na realidade faz falta é reduzir o consumo de recursos naturais e de energia, sobretudo nos países ricos. Isto permitirá andar mais depressa na transição energética.

As suas outras propostas estão na linha [do que propõem outros decrescentistas](#): combater a obsolescência programada, encurtar a semana laboral, implantar um rendimento básico, reduzir a produção de bens que ele considera “ecologicamente destruidores e socialmente menos necessários”, etc.

O debate complica-se com a entrada em cena do que já é reconhecido como um novo conflito de classe, capaz de redefinir o eixo esquerda-direita: o impulso de interesses entre os

trabalhadores manuais que zelam pelo seu meio de vida e as elites da economia do conhecimento, que sofrem menos as consequências das suas “bem-intencionadas regulamentações verdes”, [nas palavras](#) de Mary Harrington. O fenómeno deu lugar ao que Joel Kotkin [chama](#) “a vingança da economia material”: uma onda de protestos protagonizada por agricultores, mineiros, transportadores... nos mais variados países: [França](#), Países Baixos, Sri Lanka, [Equador](#), África do Sul, Senegal, Indonésia, Espanha, Polónia, Itália, Etiópia...

2. Menos é mais

Além do debate económico, o decrescimento defende uma filosofia de vida que convida a mudar o desejo de consumir, pela aspiração de viver com mais sentido, o que inclui dar mais espaço ao [desfrute dos bens imateriais](#). Este é o núcleo básico da sua proposta, que depois se mistura com abordagens mais ou menos utópicas ou extremas.

Esse núcleo junta-se a muitas pessoas e correntes que não se definem como decrescentistas: os críticos da [mentalidade utilitária](#); os que apoiam que se deixe para trás a lógica do [“quanto maior, melhor”](#); os que advogam a [lentidão](#); os que preconizam a [sobriedade](#) e a poupança; os que defendem [viver com menos coisas](#), para não perder de vista o que é importante; aqueles que apostam nas [dietas digitais](#), que procuram consumir menos conteúdos, mas de forma mais seletiva e profunda, etc.

O que existe no fundo? A artista plástica Jenny Odell [acerta](#) quando afirma: “Vivemos numa cultura que potencia a novidade e o crescimento sobre o que é cíclico e regenerativo. A nossa própria ideia de produtividade baseia-se na ideia de produzir algo novo, quando, pelo contrário, não tendemos a ver a manutenção e os cuidados como coisas produtivas do mesmo modo”.

Por outras palavras: não se pode estar sempre a construir e a crescer; por vezes, o progresso exige parar e limitar-se a conservar o que existe, ou até – acrescenta Odell – recuperar o que havia.

Com esta premissa, entende-se bem o interesse de propostas como o [“Índice Relativo de Salud Social”](#) (IRSS), idealizado pelo sociólogo José Pérez Adán para reforçar a medição da qualidade de vida no continente americano e caríbas com variáveis sociais como a equidade geracional, a desigualdade ou a consciência cívica; ou as que apresentam [outros autores](#) críticos das conceções demasiado economicistas do desenvolvimento humano.

3. Seres familiares

Esta visão ampliada do progresso liga-se muito bem com a dos que sublinham a necessidade de equilibrar o tempo que dedicamos a produzir e consumir, com o tempo relativo aos cuidados familiares e ao lazer.

A ideia básica desta abordagem é que não somos unidades de produção autónomas nem porcas de uma engrenagem, mas seres familiares que têm de conciliar as obrigações profissionais com as responsabilidades a ter com os cuidados e a educação. As sociedades modernas esperam que façamos ambas as coisas, mas depois disponibilizam os tempos de modo muito desigual.

Para corrigir este desequilíbrio ajudaria a [perspetiva de família](#), um mecanismo que obriga os poderes públicos a avaliar se as suas políticas nos mais variados âmbitos (fiscalidade, organização laboral, transportes, urbanismo...) facilitam ou não a vida às famílias.

As ajudas podem adotar múltiplas formas. Mas se admitirmos que hoje o progresso social passa por ter o número de filhos que se quer ter – a [fecundidade desejada](#) média, por exemplo, em Espanha, situa-se nos 2 filhos por mulher, próxima da de substituição (2,1) mas muito afastada da atual (1,19) –, pelos pais e mães poderem estar mais tempo com eles e pelos idosos poderem ser melhor atendidos e estarem menos sozinhos, poder-se-ia dar prioridade às ajudas que facilitem as responsabilidades da prestação de cuidados.

A perspetiva de família ajudaria a entender que a sociedade fica a ganhar quando mulheres e homens participam, em igualdade de direitos, tanto na esfera pública, como na privada. É na medida em que favorece a cultura dos cuidados, contraria na prática a do descartável.

4. Trabalhar de outra maneira

O mundo laboral é um dos âmbitos onde mais coisas parecem estar a mexer. Além dos novos conflitos com origem na transição ecológica, ultimamente chamaram a atenção dos meios de comunicação, fenómenos como o do [quiet quitting](#) – a decisão de limitar-se a fazer o trabalho exigido –, a Grande Demissão – o abandono voluntário do mercado laboral durante algum tempo – ou outros que expressam igualmente o desejo de cada vez mais pessoas de [deixar de entregar toda a sua vida ao trabalho](#).

Por detrás disso, existe uma queixa muito clara contra o sistema. Nilanjana Roy sintetiza-a assim: “Se a sociedade fosse realmente progressista, não faria trabalhar as pessoas

até à exaustão, nem assumiria que o lazer, o tempo para descansar, o tempo para estar com a família, é apenas para os ricos”.

Juntamente com os fenómenos que nascem dessa reivindicação, há outras correntes de fundo que vão transformando o mercado laboral. No seu livro “¿Te va a sustituir un algoritmo?”, Lucía Velasco destaca quatro: o envelhecimento da população, a digitalização, a desglobalização e a descarbonização. Cada uma destas “mega forças” obrigará a empreender mudanças concretas na organização laboral e nas mentalidades. Por exemplo, o trabalho nas plataformas – “a fábrica do século XXI” – exige impulsionar leis que dignifiquem as condições laborais dos que trabalham nelas, como outrora foi feito com as fábricas do século XIX.

Velasco apresenta um critério-guia para enfrentar essas mudanças: “O objetivo do sistema não é ser mais produtivo para ter mais lucros, mas que cada vez mais as pessoas, todas elas, vivam melhor e progridam”.

5. Tecnologia humana

Esta é precisamente uma das grandes alterações reclamadas pelo Center for Humane Technology (CHT) às empresas tecnológicas: que tenham mais em conta o bem-estar dos utentes e não somente os lucros empresariais. Por isso, por exemplo, pedem-lhes que reduzam os mecanismos de recompensa que favorecem a dependência da tecnologia. Sobre essas ferramentas há o registo do documentário “[The Social Dilemma](#)”, no qual intervêm os cofundadores do CHT e outros génios de Silicon Valley.

A abordagem do CHT, uma organização sem fins lucrativos criada em 2018, vem recordar que o avanço da humanidade no âmbito da tecnologia não se pode medir na invenção de aparelhos cada vez mais sofisticados, devendo sim atender a mais critérios. Com o seu movimento pela “tecnologia humana”, o CHT promove a ética do desenho dos dispositivos, para evitar que atuem como aceleradores de certos problemas (saúde mental, manipulação informativa, extremismo político...).

A preocupação pela dimensão ética da tecnologia está em linha com o que propunha Bento XVI quando convidava a refletir sobre “os critérios que devemos adotar para que o progresso seja realmente progresso”. Se até agora construímos este conceito com as categorias de conhecimento e poder, explicava em “Luz do Mundo”, hoje faz falta “uma perspetiva essencial: o aspeto do bem. Trata-se da pergunta: o que é bom? Para onde o conhecimento deve guiar o poder?”. Esta abordagem evita que mitifiquemos o progresso e que, por falta de escrutínio, degenerem num processo destrutivo.

Refletir sobre os critérios que deveriam guiar o desenvolvimento e o crescimento – e mesmo querer desacelerá-los –, esclarecia o Papa Francisco na encíclica “Laudato Si’”, não implica “deter a criatividade humana e o seu sonho de progresso”, mas orientá-la melhor. Assim, pedia para “corrigir o facto de haver um investimento tecnológico excessivo destinado ao consumo e pouco destinado a resolver problemas pendentes da humanidade”. E acrescentava: “Um desenvolvimento tecnológico e económico que não propicia um mundo melhor e uma qualidade de vida integralmente superior, não se pode considerar progresso”.

Cada uma das cinco áreas que vimos, levanta encruzilhadas. Quase de certeza que, delas, não irá sair um avanço linear. Mas, pelo menos, oferecem a oportunidade de escolher o que vamos entender por progresso e o que vamos fazer para chegar até aí.

J. M.